

PARECER FINAL DE REGULARIDADE N° 104/2016

O Sr.RODRIGO BACELLAR CRUZ NUNES, brasileiro, solteiro, advogado, RG n° 5022397 SSP/PA, CPF n° 008.107.772-66, residente e domiciliado na Rodovia Mário Covas, Km 02, número 1455, Residencial Biarritz, bloco 09, apartamento 101, Ananindeua/PA, CEP 67.113-330, responsável pelo CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE BENEVIDES, nomeado nos termos do DECRETO N° 129, DE 02 DE ABRIL DE 2013, declara, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do §1°, do art. 11, da RESOLUÇÃO N° 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014, que analisou integralmente o Processo n°. 031/2015 – SEMSA/PMB, referente à Licitação Pregão Presencial n° 031/2015 – SEMSA/PMB, tendo por objeto a locação de softwares de gestão contábil, orçamentária, patrimonial, de almoxarifado e de gestão de dados e informações públicas para o atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Benevides/PA, celebrado pela Secretaria Municipal de Benevides.

Analisando os autos, com fulcro no relatório de fls. 134/136, esta Controladoria verificou que:

- Não consta dos autos parecer jurídico referente à regularidade do certame anterior à adjudicação do objeto;
- Não constava dos autos a publicação do Edital de Licitação, porém, esta pendência foi devidamente sanada ás fls. 137;
- Não consta da proposta comercial, tampouco da proposta consolidada, a indicação do representante legal responsável para a assinatura do contrato administrativo.

Com base nas regras insculpidas pela Lei n°. 8.666/1993 e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, ainda, que o referido processo se encontra:

- () Revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;
- (X) Revestido parcialmente das formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contrataçãoestando apto a gerar despesas para a municipalidade, com as ressalvas enumeradas no parecer deste Controle Interno, encaminhado em anexo;
- () Revestido de falhas de natureza grave, não estando apto a gerar despesas para a municipalidade, conforme impropriedades ou ilegalidades enumeradas no parecer deste Controle Interno, encaminhado em anexo.

Declara, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.



Benevides/PA, 03 de fevereiro de 2016.

RODRIGO BACELLAR CRUZ NUNES Controlador Geral Mat. 10059
